



DROPS DE **CONSTITUCIONAL**

VERBOC.  AB

Crimes de Responsabilidade e o Processo de Impedimento (Impeachment)

Crimes de responsabilidade são infrações político-administrativas, portanto, de natureza política, que podem ser cometidas pelo Presidente da República, pelo Vice-Presidente da República, pelos Ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal e pelo Procurador Geral da República. Tais infrações são punidas **cumulativamente** com a **perda do cargo** e a **inabilitação para o exercício da função pública por 8 anos**.

Na atual Constituição da República, o art. 85 prescreve que os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição serão considerados crimes de responsabilidade. O dispositivo exemplifica como hipóteses do crime de responsabilidade os atos que atentem contra:

(i) a existência da União; (ii) o livre-exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; (iii) o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; (iv) a segurança interna do país; (v) a probidade na administração; (vi) a lei orçamentária; (vii) o cumprimento das leis e decisões judiciais.

A **Lei nº 1.079/50** estabelece o procedimento para julgamento dos crimes de responsabilidade cometidos pelas autoridades já elencadas como sujeito ativo dessa modalidade de infração. Essa lei foi recepcionada, em sua maior parte, pela nova ordem constitucional, com adaptações exigidas pelo texto da Constituição de 1988.

A denúncia pela prática de crime de responsabilidade pode ser **apresentada por qualquer cidadão** (Lei nº 1.079/50, art. 14). Em relação ao processo e julgamento, a Constituição estabelece um procedimento em **duas fases**:

1ª: Compete à **Câmara dos Deputados** o juízo de **admissibilidade**, o recebimento ou não da acusação, exigindo-se maioria qualificada de 2/3 dos votos dos Deputados Federais (**341** dos 513) para autorizar a instauração do processo de *impeachment* (CF, arts. 51, inc. I, § ún. e art. 86). As **indagações probatórias** deverão ser feitas perante o Senado Federal, que é o órgão que processa e julga Presidente da República, e não perante a Câmara, que apenas verifica a procedibilidade da acusação.

2ª: Admitida a acusação pela Câmara dos Deputados e instaurado o processo pelo Senado, o Presidente da República ficará **suspenso** de suas funções pelo prazo de **180 dias** (CF, art. 86, §§ 1º, inc. II, e 2º). Decorrido este prazo, se o julgamento não estiver concluído, cessa o afastamento do Presidente da República, sem prejuízo do prosseguimento do processo. Cabe ao **Senado Federal**, sob Presidência do **Presidente do STF**, julgar o mérito da acusação. Exige-se, para a procedência da ação, a maioria qualificada de 2/3 dos votos dos Senadores (**54** dos 81), conforme dispõem os arts. 52, inc. I c/c art. 86 da Constituição.

É admissível o controle judicial do processo político de apuração de crime de responsabilidade (CF, art. 5º, inc. XXXV). O Poder Judiciário, contudo, **não pode reexaminar os critérios políticos de oportunidade e conveniência próprios do Poder Legislativo**. Pode apreciar apenas o respeito ao devido processo legal, a obediência às formalidades legais e a observância das garantias constitucionais, como o princípio do devido processo legal, ampla defesa, contraditório.

O Presidente, conforme a regra do art. 86, §4º, CF, **não poderá ser responsabilizado penalmente por atos estranhos ao exercício de suas funções** (*in officio* ou *propter officium*). Por crimes cometidos no exercício da função de Presidente da República ou em razão dele, poderá vir a ser **processado criminalmente pelo STF** (CF, art. 102, I, b), desde que obtida autorização da Câmara dos Deputados, também por 2/3 dos votos.

Agora, para ter certeza de que aprendeu o conteúdo, responda estas questões sobre o assunto, que já caíram em exames anteriores:

(Ano: 2011 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: Exame de Ordem Unificado)

A respeito do regime de responsabilidade do Presidente da República, assinale a alternativa correta.

- a) O ato do Presidente da República que atenta contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação é considerado crime de responsabilidade.
- b) O Presidente ficará suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade somente após a condenação pelo órgão competente.
- c) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- d) Só se admite acusação contra o Presidente da República por três quintos da Câmara dos Deputados.

(Ano: 2011 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: Exame de Ordem Unificado)

No processo de impedimento do Presidente da República, ocorre a necessidade de preenchimento de alguns requisitos. Com base nas normas constitucionais, é correto afirmar que:

- a) a Câmara autoriza a instauração do processo pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.
- b) o julgamento ocorre pelo Senado Federal, cuja decisão deverá ocorrer pela maioria simples.
- c) condenado o Presidente, cumprirá sua pena privativa de liberdade em regime semiaberto.
- d) no julgamento ocorrido no Senado, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal.

(Ano: 2015 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: Exame de Ordem Unificado - XVII)

Um representante da sociedade civil, apresentando indícios de que o Presidente da República teria ultrapassado os gastos autorizados pela lei orçamentária e, portanto, cometido crime de responsabilidade, denuncia o Chefe do Poder Executivo Federal à Câmara dos Deputados. Protocolizada a denúncia na Câmara, foram observados os trâmites legais e regimentais de modo que o Plenário pudesse ou não autorizar a instauração de processo contra o Presidente da República. Do total de 513 deputados da Câmara, apenas 400 estiveram presentes à sessão, sendo que 260 votaram a favor da instauração do processo.

Diante desse fato,

- a) o processo será enviado ao Senado Federal para que este, sob a presidência do Presidente do STF, proceda ao julgamento do Presidente da República.
- b) o processo será enviado ao Supremo Tribunal Federal, a fim de que a Corte Maior proceda ao julgamento do Presidente da República.
- c) o processo deverá ser arquivado, tendo em vista o fato de a decisão da Câmara dos Deputados não ter contado com a manifestação favorável de dois terços dos seus membros.
- d) dá-se o impeachment do Presidente da República, que perde o cargo e fica inabilitado para o exercício de outra função pública por oito anos.

Respostas: 1 – A; 2 – D; 3 – C

CONTATO: 0800 601 8686 / www.cursoexamedadordem.com.br